

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: A OFERTA PÚBLICA DE ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO ROBERTO PRADO CONSTANTINO¹
MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA POLETINE²

RESUMO

A investigação mapeou a educação profissional técnica em assentamentos rurais na Região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, Brasil, evidenciando a oferta pública entre os anos de 2010 e 2017 proporcionada pelas escolas técnicas estaduais em parcerias com outros entes. Foram consideradas quatro diferentes classes que funcionaram no período referido, ligadas à uma mesma escola localizada no município de Teodoro Sampaio. Por meio de pesquisa documental e da reconstituição da memória destas turmas de cursos técnicos, pretendeu-se a composição do cenário, incluindo o número de vagas das ofertas e os concluintes, o local de funcionamento das classes e o público-alvo. Ao refletir sobre os impactos de tais políticas educacionais, espera-se uma contribuição para a inclusão e a formação de jovens e adultos, em um recorte particular que considera as novas relações com os tempos e espaços escolares, formas de produzir, estudar e trabalhar destes alunos assentados.

Palavras-chave: Educação profissional; Assentamentos rurais; Políticas públicas.

ABSTRACT

The research mapped vocational education in rural settlements in the Pontal do Paranapanema, State of São Paulo, Brazil, evidencing the public offering between the years 2010 and 2017 provided by state technical schools in partnerships with other entities. We considered four different classes that worked in the referred period, linked to the same technical school located in the municipality of Teodoro Sampaio. By means of documentary research and the reconstitution of the memory of these classes of technical courses, the composition of the scenario was planned, including the number of offers, the place of the classes and the target audience. Reflecting on the impacts of such educational policies, a contribution is expected to the inclusion and training of young people and adults, in a particular cut that considers the new relationships with school spaces, ways of producing, studying and working for these students.

Keywords: Vocational education; Rural settlements; Public policy.

¹ Doutor em Educação pela UNESP Marília. Atua como músico, professor e na supervisão educacional das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza, São Paulo, Regional Marília. E-mail: pconst2@gmail.com

² Especialista em Planejamento e Gestão da Educação Profissional pela UNICAMP, em Didática Geral pela Faculdade de Educação de Assis/SP e em Gestão da Educação Profissional para Gestores dos Sistemas Estaduais pelo IFPR/Curitiba. Desde 2008 integra o Grupo de Supervisão Educacional das Etecs do Centro Paula Souza, atuando como supervisora na Região Marília. E-mail: mpletine@gmail.com

Introdução

A investigação mapeou a educação profissional técnica em assentamentos rurais na Região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, Brasil, evidenciando a oferta pública entre os anos de 2010 e 2017 proporcionada pelas escolas técnicas estaduais [Etec] ligadas ao Centro Paula Souza [CPS], instituição que articula a educação profissional na esfera estadual, em parceria com os municípios de Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema, Rosana e Teodoro Sampaio, e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo [ITESP]. Foram consideradas quatro diferentes classes que funcionaram no período, que pertencem a uma mesma escola-sede localizada no município de Teodoro Sampaio, a Etec Professora Nair Luccas Ribeiro: Assentamento Santa Rosa, em Euclides da Cunha Paulista; Assentamento Haroldina, em Mirante de Paranapanema; Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana; e o Assentamento Santa Zélia em Teodoro Sampaio.

Os assentamentos rurais, concedidos aos trabalhadores do campo e encontrados comumente em regiões extremas, são formados a partir da desapropriação de grandes porções de terras improdutivas, com a regularização de seu uso e condições pelo Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018), responsável pela formulação e execução das políticas fundiárias no Brasil. De acordo com o painel do Incra (2018), ao final de 2017 existiam 972.289 famílias assentadas em 9.374 assentamentos no país. Nesta conjuntura, o Estado de São Paulo possuía 17.194 famílias em 275 assentamentos oficialmente mapeados.

Apontar as condições desta oferta formativa no Estado de São Paulo é um modo de aprofundar a análise da educação profissional pública, um elemento central nas propostas de políticas educacionais recentes. O Plano Estadual de Educação 2014-2024 (ALESP, 2016), contempla propostas de incentivo à modalidade e seu incremento. Nesta perspectiva, como afirmaram Ribeiro e outros (2012),

além dessa dimensão formativa de pessoas na condição de cidadãos e de trabalhadores inseridos socialmente, a educação profissional é, sem dúvida, uma estratégia nacional e de Estado, diretamente relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas, com a diminuição da vulnerabilidade científica e tecnológica e, primordialmente, com a retomada do desenvolvimento econômico, social, cultural, político e educacional. Dessa forma, está em jogo uma sociedade onde o direito à educação é um pressuposto para ser possível o desenvolvimento de todos num mundo mais solidário, democrático e cooperativo (RIBEIRO et al., 2012, p.122).

Por meio de pesquisa documental e da reconstituição da memória das turmas de cursos técnicos destacadas, pretendeu-se uma descrição do cenário do ensino técnico e suas políticas públicas para a inclusão social dos assentados, incluindo o número de vagas das ofertas e os concluintes dos cursos, o local de funcionamento das classes, o público-alvo das ações, enfim, o exame das condições para a efetivação da educação profissional nestes assentamentos rurais que, uma vez convertidos em ambientes educacionais, possuem um contexto histórico, características sociais, econômicas, de relações de trabalho e de produção que precisam ser consideradas de modo específico.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico apoiou-se nas pesquisas e considerações de Bergamasco, Norder e Villa (1997), Di Pierro e Andrade (2004) e nas organizações de Vilela (2015), além dos dados obtidos nos repositórios da instituição focalizada (CETEC, 2018) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra (2018).

Este arcabouço nos permitiu identificar certas características destes jovens alunos assentados e de seu entorno, confirmadas pelo trabalho de supervisão educacional desenvolvido entre estas turmas:

- são filhos de uma primeira geração de trabalhadores assentados na região, portanto, nascidos e ou criados nos lotes de assentamentos;

- seus pais e os próprios alunos jovens estão envolvidos em atividades econômicas nos assentamentos, baseadas em economia solidária e formas cooperativistas de organização do trabalho;

- encontram-se geograficamente distantes dos centros urbanos mais desenvolvidos [mais de 700 km da capital paulista e cerca de 100 km das cidades acima de 100 mil habitantes];

- ao chegarem ao final da escolaridade básica, lhes restavam poucas opções de continuidade dos estudos em nível técnico ou superior nas localidades onde residiam.

O atendimento aos alunos assentados ganha relevância não somente pela identificação do público destinatário, mas porque este está previsto, dentre outros dispositivos legais, nas metas do Plano Estadual de Educação [PEE 2014-2024] (ALESP, 2016), com a

perspectiva de elevação da escolaridade média – incluindo a educação profissional – da população paulista residente nas regiões mais pobres e nos municípios que apresentam indicadores de baixa escolaridade:

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 (doze) anos de estudo até o último ano de vigência do PEE, para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade dos Municípios do Estado, dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Estratégia 8.4: Buscar a expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação, que atuam no Estado, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede pública, para os segmentos populacionais considerados (ALESP, 2016, p.126).

O Plano Estadual de Educação (ALESP, 2016) segue com objetivos específicos à educação profissional pública e, mais atentamente, aos alunos oriundos dos assentamentos rurais, como se nota nas metas 10 e sua estratégia em destaque:

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégia 10.2: Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, privadas de liberdade e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.

A interiorização da oferta, a diversificação curricular e a organização de tempos e espaços pedagógicos adequados às características desses alunos também são contempladas pelo PEE (ALESP, 2016). A instituição Centro Paula Souza é nominalmente citada como articuladora desta oferta no Estado por meio de possíveis parcerias, como se lê na meta 11 e suas estratégias:

Meta 11: Ampliar em 50% (cinquenta por cento) as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégia 11.1: Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, levando em consideração a ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

Estratégia 11.9: Aumentar a articulação entre os órgãos públicos, as escolas privadas e as organizações não governamentais que ofertam educação profissional, com objetivo de melhorar as informações e ampliar a oferta de vagas (ALESP, 2016, p.127).

Partindo deste marco inicial e reconhecida a relevância da temática, desenvolveu-se o estudo de caráter exploratório, conforme exposto a seguir.

3. Caracterização e método

A pesquisa documental (TOZONI-REIS, 2010) de caráter descritivo, associada ao relato estruturado das memórias de experiência profissional dos autores, permitiram-nos reconstituir as dimensões do atendimento escolar no período, além das condições desta oferta de educação profissional no período em tela. Circunscreve-se, portanto, ao âmbito da história das instituições escolares (SAVIANI, 2005) e dos espaços formais de educação profissional pública no Estado de São Paulo.

No ano de 2010, segundo Pilla et al. (2013), somente o município de Euclides da Cunha Paulista possuía 9 assentamentos, com 943 lotes de assentados, o que justificou o fato do Centro Paula Souza, a Fundação ITESP e a Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha Paulista aproveitarem o plano de expansão da educação profissional paulista para realizar uma parceria para a oferta de cursos Técnicos em Agroecologia dentro dos assentamentos rurais. Ao examinar a perspectiva de Martino (2012), nota-se que esta parceria se apresentou:

[...] não somente como locais de intersecção ou como pontos de contato da escola com outros universos, mas, principalmente, representam a ampliação dos espaços de aprendizagem, particularmente pela dimensão de experiência prática que proporcionam ao permitir um contato real com a sociedade mais ampla (MARTINO, 2012, p.21).

Estes cursos Técnicos em Agroecologia, que posteriormente seriam ampliados para os demais assentamentos dos outros municípios [Rosana, Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema], eram organizados em 3 semestres, com uma carga horária total de 1.500 horas e o acesso franqueado aos alunos com 16 anos ou mais, que estivessem matriculados na segunda série do Ensino Médio ou fossem concluintes desta etapa completa da educação básica. O regime de alternância, apesar de existir em algumas escolas agrícolas do Estado de São Paulo à época, não estava disponível na escola de Teodoro Sampaio e suas classes

descentralizadas, devido à ausência de infraestrutura para que os alunos permanecessem em tempo integral na escola.

4. Discussão

No início da oferta em 2010, foram feitos vários encontros e formações com os professores e técnicos do Centro Paula Souza e ITESP para o alinhamento da proposta educacional. O ITESP, que já atuava na região como extensionista em orientações técnicas aos assentados, verificou a necessidade de formar os filhos destes camponeses assentados, para que existisse continuidade do trabalho nas propriedades, com projetos e resultados mais adequados à região. Os projetos produtivos desenvolvidos nos assentamentos deveriam se tornar, a partir daquele momento, os projetos pedagógicos que estruturariam a formação técnica dos alunos, para que vivenciassem as experiências escolares na realidade de sua propriedade rural.

A supervisão educacional do CPS atuou desde o início na formação dos professores, na gestão pedagógica da proposta, na avaliação dos currículos e do espaço físico necessário ao funcionamento das classes descentralizadas, que seria organizado previamente pelas prefeituras municipais e o ITESP. O CPS adquiriu os equipamentos específicos e laboratórios, além de prover os professores e realizar a gestão pedagógica. A participação em aulas inaugurais, reuniões com pais e alunos, a supervisão das atividades da escola, ajudaram a direcionar o trabalho dos professores do CPS e instrutores de práticas do ITESP.

O trabalho pedagógico envolveu, além das aulas teóricas e práticas nas classes, visitar e esclarecer as famílias dos alunos nos assentamentos sobre a importância dos estudos desenvolvidos em educação profissional e as possíveis contribuições que poderiam oferecer aos moradores da região. Algumas salas se desenvolveram prontamente, outras demoraram mais a responder. As sugestões da supervisão envolviam reuniões semanais entre professores responsáveis pelas aulas teóricas e práticas, para o planejamento das ações/atividades em sala de aula e no campo; o registro adequado das aulas práticas, permitindo análise efetiva das aulas dadas; e a preocupação intensificada com a qualidade das aulas, utilizando procedimentos didáticos diversificados, a fim de envolver os alunos.

A demanda média nas ofertas realizadas entre o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2017 foi de 1,35 candidatos/vaga, padrão relativamente baixo quando

comparado às demais ofertas em escolas técnicas estaduais urbanas, mas que sinalizava um significativo atendimento ao público-alvo nos assentamentos, considerando-se que a relação entre a oferta e a procura pela educação profissional estava relativamente regulada. Assumindo que cada turma nas classes dos assentamentos era iniciada sobre 40 vagas inicialmente disponibilizadas, observou-se o seguinte cenário de oferta pública de educação profissional no período:

Classe descentralizada / Data de ingresso da turma	2 sem 2010	1 sem 2012	2 sem 2013	1 sem 2015	2 sem 2016
156.1 – Euclides	19 [52,5%]	19 [52,5%]	09 [77,5%]	18 [55%]	27 [32,5%]
156.2 – Rosana	16 [60%]	16 [60%]	21 [47,5%]	29 [27,5%]	34 [15%]
156.3 – Teodoro	13 [67,5%]	12 [70%]	06 [85%]	18 [55%]	21 [47,5%]
156.6 – Mirante	-	-	-	-	-
Total de matriculados nas turmas	120	120	120	120	120
Total de concluintes	48 [60%]	47 [60,8%]	36 [70%]	65 [45,8%]	82 [31,6%]

Quadro 1 - Indicadores de concluintes nas turmas de assentamentos e a taxa de evasão [percentual de abandono escolar, entre colchetes], por semestre. Fonte: CPS (CETEC, 2018)

Da classe do assentamento em Mirante do Paranapanema não foram computados os dados, porque esta foi a última turma a iniciar-se, no segundo semestre de 2017. Note-se o baixo número de alunos concluintes dos cursos após os três semestres dos cursos técnicos, com altas taxas de abandono escolar, problema significativo destas turmas que espelha o ocorrido na educação profissional do país. Entretanto, os indicadores têm melhorado desde o ano de 2013 – com uma redução média de 54,8% comparada à 2016 – quando a Etec e seus parceiros intensificaram progressivamente as práticas de apoio aos discentes. A necessidade de programas de assistência estudantil, especialmente voltados aos alunos destes assentamentos apresenta-se, deste modo, inescapável. E é possível que outros pontos afetem diretamente os alunos destas turmas, como a impossibilidade física de deslocar-se à classe no período vespertino, as demandas do trabalho, uma fraca percepção pessoal e da família dos assentados sobre a importância da formação profissional.

Não existe um mapeamento das condições dos alunos egressos. Apesar do esforço de professores e coordenadores destas classes descentralizadas, há dificuldade em retomar o contato com estes alunos, pois a mobilidade da população na região é intensa, e muitos

perdem esta interlocução com as unidades escolares. Também não existe uma política sistemática de avaliação dos resultados obtidos nos assentamentos por estes alunos egressos, em termos de impactos sociais e de produtividade.

O próprio trabalho de supervisão escolar e atendimento pela unidade sede é complexo, pois estas classes descentralizadas possuem distâncias entre 30 e 90 quilômetros da escola responsável, o que impacta no deslocamento de professores e gestores escolares [coordenadores de curso, coordenação pedagógica, orientação educacional, direção de escola]. A supervisão escolar regional situa-se entre 230 e 300 quilômetros de distância das classes.

As turmas iniciadas em 2017 e 2018, que estavam em andamento no momento da redação deste texto, passaram do curso Técnico em Agroecologia ao Técnico em Agronegócio, o que se deu por solicitação dos próprios assentados, que identificaram nas propostas pedagógicas do segundo, os conhecimentos necessários para o desenvolvimento e a gestão de pequenas e médias propriedades, e não apenas das grandes fazendas. Com efeito, outras propostas curriculares poderiam ser desenvolvidas nestes assentamentos, como os cursos Técnicos em Alimentos, Zootecnia, Agropecuária ou Agroindústria. Em 2019, existe previsão de novas turmas do curso Técnico em Agropecuária.

5. Considerações finais

Ao refletir sobre os impactos das políticas educacionais efetivadas nos assentamentos rurais, esperou-se uma contribuição ao debate sobre a inclusão e a formação profissional de jovens e adultos, em um recorte particular que considera novas relações com os tempos e espaços escolares, nas formas de produzir, estudar e trabalhar destes alunos assentados.

Alguns desafios se apresentam para a manutenção da educação profissional técnica nos assentamentos, como a redução das taxas de evasão escolar, por meio de programas de assistência estudantil; a possibilidade do desenvolvimento de propostas curriculares alternativas, como os regimes de alternância entre escola-assentamentos; um programa ampliado de monitoria aos alunos e familiares, combinando extensionistas e professores do ensino agrícola; e um trabalho de base pela valorização da educação profissional e a fixação dos alunos em seus lotes, estimulando-os inclusive com a facilitação das políticas educacionais, bem como de crédito rural e fomento ao setor. Também se consideraria o ingresso dos candidatos nos processos seletivos por meio de avaliações alternativas ao

processo ‘vestibulinho’ presencial, com o uso de entrevistas complementares ou processos realizados à distância, usando as tecnologias da comunicação e educação disponíveis.

O acompanhamento e contato com os alunos egressos, que por vezes não são encontrados pela escola ou mudam-se para outras localidades, dificultam o monitoramento posterior, mesmo com o emprego atual das redes sociais. Por estarem em região fronteiriça com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, a mobilidade é significativa entre as famílias e os próprios alunos egressos, e um desafio adicional à obtenção de indicadores do impacto escolar.

Espera-se que este registro estimule novas pesquisas e análises pormenorizadas sobre as políticas educacionais, com vistas à uma necessária ampliação da educação profissional aos demais assentamentos do Estado de São Paulo que ainda não possuem turmas de ensino técnico ou quaisquer ofertas de qualificação básica.

Referências

ALESP. Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*. São Paulo, 09 de julho de 2016, p. 126-127.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C.; VILLA, F. A. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Campinas: Feagri/Unicamp, 1997.

CETEC. *Banco de dados da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/bdcetec/index.php>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, 41, p. 246-257, 2004.

INCRA. *Números da reforma agrária*. Brasília: Incra, 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em 20 jan. 2018.

MARTINO, M. A. *A importância das parcerias na educação profissional*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2012.

PILLA, M.; ANDRADE, M. R. de O.; MARQUES, A. P. *Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrárias e fundiária no Estado de São Paulo*. São Paulo: ITESP, 2013.

RIBEIRO, J.A.R et al. *Financiamento da educação básica e profissional*. In: INDICADOR ECONOMICO FEE. Porto Alegre: vol. 39, n.3, 2012. p. 111-124. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2638/3063>> Acesso em: 13 mai. 2018.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, n. 4, p. 27-33, jan. dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363>. Acesso em: 22 ago. 2018.

TOZONI-REIS, M.F.C. A pesquisa e a produção de conhecimentos. In: UNESP. Prograd. *Caderno de formação: formação de professores - educação, cultura e desenvolvimento*. v. 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.111-143.

VILELA, F.F. (Org.). *Educação, trabalho e saúde no campo*. São José do Rio Preto: HN, 2015.